

**A Comissão do Convênio Escolar – EDIF e PROJ – a importância de um
escritório público de projetos**

Rosana Helena Miranda

Professora Doutora, FAUUSP, Brasil
rosanamiranda@usp.br

RESUMO

Este estudo é fruto da pesquisa desenvolvida na FAUUSP, desde 2009, que trata da produção de arquitetura pública dos 65 anos do Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo – EDIF. É um departamento reorganizado em 1976 que inicialmente fora criado como Comissão do Convênio Escolar conhecida como PREF-CE. O conhecimento do conteúdo do acervo de projetos de EDIF, como fonte para pesquisa no campo da arquitetura pública municipal, levou-nos a selecionar alguns documentos como prioritários para o registro e análise da arquitetura e contexto urbano, devido ao tamanho do acervo e às dificuldades, muitas vezes, de localizar plantas muito antigas que ainda não eram guardadas adequadamente, no início da atividade do departamento. Quando o acervo começou a ser organizado, em 1966, havia apenas 48 escolas, na cidade de São Paulo, pertencentes à Prefeitura do recém-criado ensino municipal, em 1956. O arquivo foi organizado já no endereço da Avenida IV Centenário 1268, na sede própria construída para a Comissão do Convênio Escolar. O restante dos edifícios escolares públicos existentes na cidade, naquele momento da criação do ensino municipal, totalizava 105 escolas que pertenciam à rede estadual que administrava a educação, desde a Primeira República no final do século XIX e início do século XX. O estudo inclui o mapa e a listagem das escolas cujos edifícios ainda persistem no tecido urbano desde o Império até o ano de 1956, quando foi criado o ensino municipal. O estudo trata da história do escritório público de projetos, EDIF, e de sua produção.

PALAVRAS-CHAVE: escritório público de projetos; EDIF; projetos de equipamentos; acervo técnico; convênio escolar.

1. INTRODUÇÃO

O chamado Convênio Escolar teve início em 1948 com o objetivo de aumentar a rede de unidades de ensino na capital do Estado de São Paulo – o Governo do Estado forneceria os recursos e administraria as escolas, ficando com a Prefeitura a responsabilidade de projetar e construir os edifícios da rede escolar situada na cidade, o que de fato veio a ocorrer.

Após a primeira fase do Convênio Escolar, em que as escolas ficaram sob a administração do Governo do Estado, o Município de São Paulo, na gestão do então Prefeito Milton Improta (1948-1949), criou a Comissão Executiva PREF-CE para a elaboração de projetos e execução das obras na cidade de São Paulo. O ensino municipal, propriamente dito, foi criado mais tarde, no ano de 1956, pelo Prefeito Wladimir Toledo Piza (1956-1958). A partir de então, a Comissão Executiva do Convênio Escolar continuou projetando e construindo, vindo posteriormente a transformar-se em EDIF, o Departamento de Edificações da recém-criada Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município de São Paulo, em 1976.

Em 1966, quando se cria o arquivo técnico, o município possuía apenas 48 escolas, as quais fazem parte deste estudo e serão as escolas apresentadas em futura publicação. Neste artigo apresentamos apenas o mapa e a listagem das escolas e o método de estudo. Pretende-se mostrar o contexto do desenho urbano, nos locais onde elas se inseriram, e de que maneira influenciaram o crescimento da cidade, nas regiões e bairros onde foram construídas. O entendimento é de que a escola modifica a cidade no seu entorno. Outros equipamentos públicos possuem esse potencial, mas, não, com a mesma capilaridade sobre o território como a provocada pela rede escolar.

O Departamento de Edificações – EDIF, da Prefeitura do Município de São Paulo, hoje vinculado à Secretaria de Infraestrutura e Obras- SIURB, que recentemente (novembro de 2022) foi incorporado ao Departamento de Projetos da SIURB, até 2008, produzia uma média de 200 projetos por ano.

Esses projetos eram relativos às intervenções nos edifícios públicos municipais, sendo que parte desses projetos eram obras novas, dos diversos programas de equipamentos da Prefeitura de São Paulo, a serem construídos em terrenos avaliados pela equipe de arquitetura, no início do atendimento das demandas vindas das outras secretarias municipais. Pode-se dizer que esse constituía-se no maior e mais diversificado escritório de projetos públicos. O restante da produção do EDIF seriam projetos de reformas, acessibilidade, ampliações e implantações de escolas para atender ao crescimento da demanda anual de alunos, ou ainda projetos de edifícios-sedes das diferentes secretarias e/ou empresas municipais que funcionam em prédios alugados ou que necessitam de adaptação a edifícios adquiridos pela municipalidade.

2. A ORIGEM DE EDIF

A origem do Departamento, como citado anteriormente, está vinculada à origem da implantação da rede de ensino da capital, nos anos 1940 e 1950, com a criação da Comissão Executiva do Convênio Escolar, em 11/11/1948, pelo então prefeito Milton Improta através da Portaria 26.

Essa Comissão ficou conhecida pela sigla PREF-CE, que é a sigla encontrada em inúmeras plantas de arquitetura do acervo do EDIF, nos projetos realizados até os anos 60. Essa Comissão foi instituída para colocar em execução o Convênio Escolar assinado entre o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura da capital, em 1943, por determinação da Constituição Federal de 1946, a qual obrigava os municípios a aplicarem 20% de sua arrecadação para manutenção e desenvolvimento do ensino e, desse percentual, 72% deveriam ser utilizados para construções e reformas da rede escolar. Justificou-se a criação da Comissão PREF-CE pelo fato de que, na primeira fase do Convênio, entre 1944 e 1948, portanto, nos seus primeiros cinco anos, somente 21 salas de aula foram construídas o que representava um ritmo muito lento para a necessidade da época. A Comissão viabilizou a aceleração do ritmo das obras e, em apenas dois anos e quatro meses, já sob as determinações do segundo convênio, que ratificou o anterior, em 1949, foram construídas 500 salas de aula.

A Portaria 26, que instituiu a Comissão, também determinou que ela ficasse subordinada diretamente ao Prefeito, com a sigla PREF-CE, e definiu suas competências como:

1. A pesquisa e coleta dos elementos indispensáveis à localização e dimensionamento dos prédios.
2. O exame dos terrenos convenientes à construção dos novos prédios e providenciar as medidas necessárias ao seu recebimento em doação, por aquisição amigável ou expropriação judicial através dos poderes municipais competentes.
3. A organização dos projetos dos novos prédios, das reformas daqueles já existentes uma vez que sejam de propriedade do Estado ou do Município e de adaptação dos que para o mesmo fim forem adquiridos.
4. A elaboração dos orçamentos, dos editais de concorrência para a execução das obras. Dirigir, quando por administração direta, e fiscalizar quando por empreitada ou por administração contratada, a execução das obras e receber e distribuir o material permanente destinado às escolas e dispensários.

A mesma portaria estabeleceu que a comissão colaborasse diretamente com os órgãos competentes da Prefeitura e do Estado, no artigo 12 do Convênio, estabelecido em 14/09/1943 e ratificado pelo decreto-lei 13.732 de 14/12/1943, com a seguinte redação:

Artigo 12- Para auxiliar o cumprimento dos dispositivos desse Convênio, será organizada de comum acordo pela Secretaria de Educação e Saúde Pública e Prefeitura Municipal uma comissão de cinco membros, de função técnica e informativa.

E ainda que:

A Comissão será dirigida por um engenheiro municipal do quadro permanente, um engenheiro-arquiteto, um engenheiro civil, um médico e um contador, um funcionário da Educação e Cultura, todos do quadro permanente da prefeitura, designados pelo Prefeito por indicação dos Secretários Municipais.

O Convênio de ensino assinado entre o Governo do Estado de São Paulo e o Município da capital, em 28/12/1949, determinou que:

O município deveria aplicar 20% da sua arrecadação para o desenvolvimento do ensino, sendo que destes, 72% seriam para a construção, aquisição, adaptação, restauração e conservação de imóveis destinados ao ensino pré-primário, primário, secundário, especializados, e instituições auxiliares do ensino primário e nas despesas da Comissão Executiva, seguindo o que determinava a Constituição de 1946.

Esse Convênio passaria a funcionar, a partir de 01/01/1950, com a instituição de uma Comissão Executiva composta de pessoal técnico e administrativo. O Convênio foi assinado pelo então Secretário de Estado dos Negócios da Educação, João de Deus Cardoso de Melo, e pelo Prefeito da capital, Tenente Coronel Asdrúbal Euritisses da Cunha (1949-1950).

O Decreto nº 1.145, de 30/05/1950, estabeleceu as diretrizes para a execução dos serviços afetos à Comissão Executiva do Convênio Escolar e, em seu artigo 3º, criou uma subcomissão de construções. Os resultados do trabalho da comissão logo chamaram a atenção da imprensa e, em 1951, a importância do Convênio Escolar era apontada, nas palavras do educador MASCARO, que cita a carta de um professor enviada ao jornal “O Estado de São Paulo”, em 05/05/1951, que dizia:

O estabelecimento do Convênio Escolar foi recebido com indisfarçável alegria por parte do professorado paulistano. Sim, porque renasceu no seio da classe sempre esquecida dos poderes públicos a esperança de poder trabalhar em condições mais favoráveis, de vez que os prédios construídos pelo Convênio viriam tirá-los dos pardeiros imundos que estavam servindo para o funcionamento de nossas escolas. Em boa hora, pois, foi criado o Convênio Escolar. E, correspondendo às esperanças dos mestres-escolas, numerosos prédios, que atendem a todas as nossas exigências da higiene e da pedagogia, foram erguidos por toda a zona suburbana da metrópole. Foi, então, possível às autoridades escolares conseguir a criação de muitos grupos escolares, os quais aí estão para quem quiser ver, agasalhando milhares de crianças que, por falta de escolas, estavam impossibilitadas de travar conhecimento com a cartilha.

Segundo MASCARO, o assunto despertava tanto interesse em São Paulo que a Comissão do Convênio promoveu uma exposição de seus trabalhos, no Museu de Arte de São Paulo, que serviu para mostrar as soluções arquitetônicas encontradas para muitas construções. O crítico de arte Quirino da Silva, citado por MASCARO, assim escreveu em sua coluna especializada em artes:

A moderna arquitetura, realizada sob a orientação da Comissão do Convênio, é um fato que orgulha São Paulo, não só por partir dos poderes públicos, mas também, por ser obra de grande extensão empreendida somente em países de organização social bastante evoluída. Para termos uma ideia dos trabalhos da Comissão do Convênio, basta visitar a mostra de Arquitetura Escolar recentemente inaugurada na grande sala de exposições periódicas do Museu de Arte. Ali está, em suas linhas sóbrias e modernas, o ambiente em que será educada a futura geração desta cidade. Os projetos expostos são dignos do bom nome que a arquitetura contemporânea brasileira granjeou no estrangeiro, e o Museu de Arte, ao pôr em relevo o programa do Convênio, transmite um apelo ao governo, para prosseguir nessa orientação de apoio aos valores da arquitetura contemporânea. Esperamos que essa orientação sadia atinja também outros órgãos da administração pública”. (Diário de São Paulo, 19 de agosto de 1951, Coluna de Artes Plásticas – Quirino da Silva).

MASCARO ressalta ainda a importância da experiência desenvolvida pela Comissão Executiva PREF-CE:

Os dados que alinhamos ao fazer o relato imparcial dos resultados obtidos durante o curto período em que foram postas em execução as cláusulas dos convênios de 1943 e 1949, comprovam o acerto da política definida nos atos oficiais que estabeleceram, para o fim de promoverem, em cooperação, a manutenção e o desenvolvimento do ensino no mais rico e populoso município do Estado, o entendimento entre os dois governos. Não sabemos que a experiência se tenha repetido em qualquer outro ponto do território nacional, mas o exemplo de São Paulo deveria ser mais bem aproveitado pelas lições que dele poderíamos tirar, seja na apuração das realizações concretas no terreno material, seja na apreciação objetiva do estado de espírito de franco entendimento e de efetiva colaboração que dominou as autoridades estaduais e municipais no interregno da vigência dos convênios.

E, noutro trecho da obra citada, complementa:

Pela primeira vez ensaia-se o planejamento, em larga escala, de modificações de porte a serem introduzidas no ensino primário da Capital. Educadores, engenheiros e arquitetos dão-se as mãos para estudos e experiências em matéria de construções escolares. Nos últimos meses de 1949, e durante mais de três anos, o clima reinante na Capital, fazia crer que uma verdadeira revolução pedagógica estava em marcha. As conferências e exposições realizadas demonstram que, estabelecido o roteiro inicial, as atividades se desdobravam num crescendo que era a mais eloquente demonstração de interesse e a maior prova de entusiasmo. Procuram-se locais para escolas, levantam-se terrenos, visitam-se estabelecimentos em atividade, anotam-se deficiências já observadas, estudam-se detalhes para a programação de um grupo escolar, elaboram-se projetos e preparam-se orçamentos para seu custo. Em menos de três anos, mais de quinhentas salas de aula são construídas, mais de trezentas estão em construção como primeiro resultado de um planejamento que fora elaborado para que em cinco anos mil e duzentas salas de aula, em cem grupos, dessem ambiente adequado à escolarização de quarenta e oito mil crianças. Como as escolas ainda estavam funcionando em três turnos e as classes com quarenta alunos, a nova etapa de planificação seria a da supressão do terceiro período e a da redução do efetivo de classes.

O primeiro presidente da Comissão Executiva do Convênio foi o engenheiro José Amadei que, junto ao arquiteto Hélio Duarte, também membro da Comissão, participou, em outubro de 1949, de uma conferência realizada na Biblioteca Municipal para apresentar os resultados dos trabalhos da comissão. Segundo o engenheiro José Amadei, a Comissão do Convênio Escolar foi criada pelo prefeito Milton Improta para incrementar as construções dos edifícios escolares, tendo em vista o quadro do ensino em 1947, na capital, onde 40.000 crianças estavam sem escola, em função do crescimento acelerado da população da cidade, que atingiu 35% no período de 1940 a 1947. Os estudos da Comissão apontavam que em alguns distritos da periferia esse crescimento da população chegava a 50%. Para atender a esse vertiginoso crescimento da população, previa-se a necessidade de 64 novos prédios para substituições de prédios escolares antigos em condições precárias, assim como a substituição de alguns prédios alugados, além da construção de 37 novos prédios escolares para atender a toda a demanda de vagas.

O arquiteto Hélio Duarte, na mesma conferência, ressaltou a importância do que estava acontecendo em São Paulo com a experiência da Comissão do Convênio Escolar e também na cidade de Salvador, onde o Secretário de Educação era o educador Anísio Teixeira. Ainda, segundo MASCARO:

Há, presentemente em nosso país, em prática, duas grandes experiências em tentativa para equacionar o problema da construção de prédios destinados ao ensino e à educação. Refere-se uma ao Município de São Paulo, através das realizações da Comissão do Convênio Escolar, diz a outra à magnífica atuação da Secretaria de Educação de Salvador sob a direção do seu ilustre secretário, o educador Anísio Teixeira.

Hélio Duarte descreveu então os trabalhos a serem executados pela Comissão, que começaria com visitas a todas as escolas, fazendo o mapeamento da situação e, depois, faria estimativas iniciais da demanda infantil por vagas.

A Comissão, durante seu funcionamento, no início dos anos 50, assim como EDIF posteriormente, identificaria os locais e os terrenos possíveis para atender à meta que, naquele período, era de construir 20 grupos escolares por ano, ou um total de 100 escolas em cinco anos, com cerca de 1.200 salas de aula para atender 48.000 crianças. O plano mínimo quinquenal de obras envolvia a construção de duas bibliotecas infantis, dois dispensários médicos escolares e um ginásio, além da manutenção de parques infantis e instituições auxiliares de ensino. Nas palavras de Hélio Duarte, ainda segundo MASCARO, o espírito que norteou os projetos foi uma mudança de concepção: “vai começar uma nova era para as crianças em São Paulo. Suas escolas foram traçadas para o espírito infantil. Serão alegres e acolhedoras. Serão construídas também em ritmo acelerado”.

Na cidade de Salvador, o então Secretário de Educação e Saúde, Anísio Teixeira, apresentava nesse período, ao Governador da Bahia, a proposta de duas modalidades de escolas, as “escolas-classe” e as “escolas-parque”, estas últimas, agregando outras atividades socioculturais e recreacionais numa rede hierarquizada que garantiria atividade integral às crianças. Esse plano vai influenciar a equipe do Convênio Escolar de São Paulo. O plano envolveria a criação de 30 escolas-classe com 1.000 alunos, cada uma em dois turnos, e sete a oito parques escolares para 4.000 alunos em dois turnos, sendo que as crianças da escola-classe iriam frequentar a escola-parque em períodos de meio dia, alternadamente.

A criação do ensino municipal na cidade de São Paulo, no ano de 1956, na gestão do Prefeito Wladimir Toledo Piza (1956-1957), só foi possível devido ao empenho da Comissão que colaborou de forma decisiva para a expansão das unidades de ensino, na capital, no final dos anos 1950.

Nos anos de 1960, a atividade da Comissão passou a incluir a elaboração de outros projetos de programas de equipamentos públicos de outros órgãos municipais, além dos projetos da rede de ensino, iniciando-se dessa maneira a ampliação da atividade de EDIF como escritório público de projetos das edificações municipais. Na administração do Prefeito Prestes Maia (1961-1965), a Comissão era vinculada ao gabinete do Prefeito, facilitando a ideia de um escritório de projetos mais amplo para atender às outras demandas de edificações públicas na cidade, além da rede escolar. A comissão PREF-CE manteve-se vinculada ao gabinete do Prefeito da capital até 1968. Foi durante a gestão do Prefeito Brigadeiro José Vicente de Faria Lima (1965-1969) que a PREF-CE passou a fazer parte da Secretaria de Educação e Cultura.

Em 1976, na gestão do Prefeito Olavo Egídio Setúbal (1975-1979), ocorreu a reorganização administrativa da Secretaria de Serviços e Obras, tendo a PREF-CE passado a denominar-se Departamento de Edificações, com a sigla EDIF, com as atribuições que lhe foram conferidas até novembro de 2022, quando o atual Prefeito Ricardo Nunes decretou nova reorganização da Secretaria de Infraestrutura e Obras e incorporou EDIF a PROJ, o Departamento de Projetos da SIURB. No dia 26/11/2022, foi publicado o decreto 62.009, do Prefeito da cidade de São Paulo, que trata da reorganização da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB, desloca divisões e departamentos e desaparece definitivamente com EDIF. As atividades de projeto foram transferidas para o Departamento de Projetos da Secretaria na Divisão de Projetos de Edificações e as obras de edifícios públicos

foram transferidas para o Departamento de Obras da Secretaria na Divisão de Execução de Edificações. O acervo técnico, que sempre pertenceu à Divisão de Projetos do EDIF, passou a fazer parte da Divisão de Arquivos da Secretaria no Departamento de Administração e Finanças e desapareceram as estruturas anteriores, de acordo com o artigo 35 do referido decreto.

Art. 35. Em decorrência da reorganização prevista neste decreto, ficam suprimidas da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB:

I – a Assessoria Técnica - AT, do Gabinete do Secretário, transferindo-se suas atribuições, bens patrimoniais, serviços, contratos, acervo, pessoal, recursos orçamentários e financeiros, quando existentes, para o Gabinete do Secretário;

II – o Departamento de Edificações - EDIF, transferindo-se suas atribuições, bens patrimoniais, serviços, contratos, acervo, pessoal, recursos orçamentários e financeiros, quando existentes, para a Divisão de Edificações - OBRAS 3, do Departamento de Obras – OBRAS, com:

a) a Divisão de Planejamento e Controle de Edificações, transferindo-se suas atribuições, bens patrimoniais, serviços, contratos, acervo, pessoal, recursos orçamentários e financeiros, quando existentes, para o Departamento de Projetos – PROJ;

b) a Divisão de Projetos de Edificações, transferindo-se suas atribuições, bens patrimoniais, serviços, contratos, acervo, pessoal, recursos orçamentários e financeiros, quando existentes, para a Divisão de Edificações - PROJ 3, do Departamento de Projetos - PROJ;

c) a Divisão de Orçamento de Edificações, transferindo-se suas atribuições, bens patrimoniais, serviços, contratos, acervo, pessoal, recursos orçamentários e financeiros, quando existentes, para a Divisão de Custos e Orçamento - PROJ 5 do Departamento de Projetos – PROJ;

d) a Divisão de Obras de Edificações, transferindo-se suas atribuições, bens patrimoniais, serviços, contratos, acervo, pessoal, recursos orçamentários e financeiros, quando existentes, para a Divisão de Edificações - OBRAS 3, do Departamento de Obras – OBRAS;

e) a Divisão de Manutenção e Edificações, transferindo-se suas atribuições, bens patrimoniais, serviços, contratos, acervo, pessoal, recursos orçamentários e financeiros, quando existentes, para a Divisão de Manutenções – OBRAS 4, do Departamento de Obras – OBRAS;

3. A SEDE DE EDIF DE 1962 A 2005

O prédio onde EDIF funcionou, durante aproximadamente 44 anos, foi construído na gestão do Prefeito Prestes Maia, entre os anos de 1961 e 1962, com a finalidade de abrigar as atividades da Comissão do Convênio Escolar. EDIF funcionou até o ano de 1960 em prédio alugado na Rua Brigadeiro Tobias, quando o Prefeito Prestes Maia, reconhecendo a importância de sua atividade, construiu o prédio definitivo para sua sede, na Avenida IV Centenário 1268, junto ao Parque do Ibirapuera. Lá, a estrutura do edifício correspondia a um organograma voltado para as atividades da Comissão Executiva do Convênio Escolar. Nas plantas do pequeno edifício de madeira, se reconhece a organização do órgão que tinha como meta estruturar a rede escolar da capital. Atualmente, esse endereço está ocupado por outro órgão municipal, a UMAPAZ, ligado à Secretaria do Verde, que o requisitou, o que significou a perda de um endereço de referência da Prefeitura do Município de São Paulo.

Segundo relato de antigos diretores e funcionários da PREF-CE, o terreno escolhido para a sede pertencia à Prefeitura e estava ocupado por pessoas atraídas para o local devido às obras do Parque Ibirapuera e que posteriormente foram retiradas. O edifício de madeira foi projetado pelos arquitetos Raul Bolliger, Rubens C. M. Cardieri e José Augusto de Barros Arruda, do corpo técnico da PREF-CE e construído com a mão de obra da própria Prefeitura.

Figura 1 – EDIF na Avenida IV Centenário 1268, Parque Ibirapuera.



Fonte: Foto da Autora. 2005

A divisão interna refletia as características necessárias para a atividade de planejamento, projeto, orçamento e obra dos empreendimentos da PREF-CE, adaptando-se conforme as alterações da atividade, quando da reorganização de EDIF em 1976. EDIF era um dos poucos escritórios públicos de arquitetura e engenharia que atuava com um quadro técnico permanente da municipalidade, nesse edifício-sede próprio municipal. O endereço era conhecido por todas as secretarias municipais como a sede de EDIF. A iniciativa do Prefeito Prestes Maia, urbanista que era, demonstrava uma preocupação em dotar as repartições públicas de edifícios próprios adequados para exercer suas funções públicas. Segundo DIÊGOLI, essa preocupação surge com o advento da República a respeito da obra do Prefeito Prestes Maia.

Perdeu-se a localização histórica do EDIF em 2005, quando o Prefeito José Serra (2005-2006) assumiu a Prefeitura de São Paulo e decidiu mudar o endereço histórico do Departamento. Perdeu-se, nesse momento, a referência histórica do endereço relacionado à produção pública, devido a sua mudança para um prédio alugado na Avenida São João conhecido como Galeria Olido. Em 2005, o arquivo de EDIF foi deslocado para um endereço da Secretaria de Infraestrutura e Obras – SIURB, na Praça da República 154, separado do local da equipe de projetos e da equipe de obras. O arquivo foi objeto de nova mudança no mesmo ano de 2005 para o edifício da Secretaria, na Avenida São João 473, no oitavo andar. A primeira mudança, da Avenida IV Centenário, causou grande comoção na equipe técnica na época e na população vizinha da Vila Mariana, que promoveu um abraço no prédio pela sua importância histórica e porque se tratava de um vizinho bem-vindo e de grande utilidade pública.

Parte da administração justificou a mudança de local diante de uma proposta de devolver a área ao Parque, um discurso construído politicamente, tendo em vista que o Parque Ibirapuera surgiu depois da Comissão do Convênio Escolar e o edifício havia sido construído especificamente para as atividades da Comissão. Em 2022, o Departamento foi transferido para outro endereço na Rua XV de Novembro número 165. As mudanças de acervos tão delicados de plantas de arquitetura causam prejuízos à sua integridade, se não forem acompanhadas por equipe especializada em cuidados com papéis frágeis como o papel vegetal, que constitui o suporte técnico mais adequado para o registro e reprodução dos documentos técnicos das obras públicas. Infelizmente, a cada nova mudança, tem-se perdido originais que representam a memória da arquitetura pública na cidade de São Paulo.

4. O ACERVO TÉCNICO DE EDIF

Os projetos do acervo de EDIF constituem uma fonte importante para compreensão da formação do território da cidade de São Paulo, no que diz respeito à construção de equipamentos públicos, permitindo ainda o entendimento do espaço urbano e dos contextos urbanísticos dos projetos com um olhar privilegiado sobre a cidade.

A organização do acervo de EDIF é bastante limitada física e tecnologicamente, sendo que todo o acervo original encontra-se em papel vegetal e o fichário em papel coloca em risco a durabilidade dos desenhos de seus projetos. A modernização da sua estrutura física permitiria o aprimoramento da atividade de projeto e a disseminação do conhecimento acumulado durante o tempo de existência do Departamento.

Os professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo buscavam em EDIF terrenos e exemplos de programas de políticas públicas dos projetos da Prefeitura para serem utilizados nos exercícios nas disciplinas de projeto.

Ao longo de sua história, EDIF produziu o maior acervo de projetos de edifícios da Prefeitura do Município de São Paulo – estima-se que estejam guardados aproximadamente 150.000 originais relativos aos projetos, memoriais descritivos, sondagens, orçamentos, projetos executivos e levantamentos dos terrenos e edifícios, em sua maioria ainda não digitalizados.

Figura 2 Fichário de EDIF e documentos técnicos



Fonte: Fotos da Pesquisa FAUUSP, Coordenação da Professora Rosana Helena Miranda

Iniciou-se essa pesquisa na FAUUSP pelo levantamento do fichário do arquivo para se conhecer o conteúdo e a quantidade de documentos existentes no acervo. Assim foram digitalizadas as fichas e identificados todos os tipos de programas de edifícios de equipamentos públicos e outros projetos de sedes de órgãos públicos municipais. Conforme mostra a tabela 1, são 243 projetos diversos, com seus respectivos documentos técnicos, o restante dos projetos é da rede de serviços públicos em todas as áreas onde a municipalidade atua.

Neste acervo, encontram-se os originais de projetos de equipamentos públicos, como por exemplo, os originais dos projetos do Teatro Municipal, do Planetário do Parque Ibirapuera, da Escola de Astrofísica Municipal e da Biblioteca Mário de Andrade, os projetos dos teatros de bairro como o João Caetano, o Paulo Eiró, o Artur Azevedo, dos hospitais municipais, como o

Hospital Menino Jesus, a Maternidade Vila Nova Cachoeirinha, dos cemitérios municipais, dos mercados e de toda a rede municipal de ensino, de saúde e de cultura, incluindo os projetos dos CEUs - Centros de Educacionais Unificados (2002). Os projetos dos CEUs resgataram os princípios da escola parque de Anísio Teixeira com a integração de vários programas num único equipamento construídos na gestão Marta Suplicy (2001-2004) e que significaram uma referência para o desenvolvimento do território e da comunidade na periferia da cidade.

A produção de projetos de escolas de EDIF tornou-se referência da arquitetura educacional e está documentada em revistas nacionais e internacionais de arquitetura. A proteção do acervo representa a valorização da história da técnica e do saber da Prefeitura do Município de São Paulo na arquitetura e engenharia de edifícios públicos. Dentro dos conceitos de arquivística, este acervo constitui-se num arquivo corrente, isto é, é um arquivo vivo, utilizado cotidianamente pelos diversos técnicos da Prefeitura envolvidos na elaboração de projetos, orçamentos, obras novas, reformas, ampliações e substituições de prédios. É por onde se começa a projetar, quando se trata de reformas e ampliações; é onde se procura exemplos para situações semelhantes do contexto urbano da cidade, com projetos elaborados em rede e formas de abordar a paisagem, bem como para se utilizar soluções arquitetônicas já experimentadas.

5. A PESQUISA A PARTIR DAS PRIMEIRAS ESCOLAS MUNICIPAIS

O trabalho começou estudando a criação do acervo conhecido como Arquivo Técnico de EDIF, elegendo as primeiras escolas municipais, em número de 48, como projetos a serem estudados do ponto de vista da arquitetura e da cidade. Entender o contexto urbanístico antes e depois da construção da escola. Num primeiro momento, identificamos a listagem de escolas existentes na cidade de São Paulo, na primeira metade do século XX, conforme o quadro 1.

Este estudo utilizou a ferramenta do georreferenciamento com o software livre QGis para elaborar os mapas das primeiras escolas, nas diversas cartografias cadastrais da cidade, desde 1930, o que permitiu verificar em que medida a construção de equipamentos públicos influenciou a reconfiguração do território urbano e a formação de bairros. A hipótese colocada é que as escolas criaram territórios e modificaram a paisagem local pela inserção de edifícios modernos projetados em contextos urbanos ainda pouco adensados.

Tabela 1 – Projetos por tipo de equipamentos (novembro de 2012)

GAVETA 1		Nº PROJETOS
DETALHES		49
LEVANTAMENTOS		804(BAIRROS)
VÁRIOS		33
Quantidade total:		886
GAVETA 2	PADRÃO	Nº PROJETOS
BIBLIOTECA	3	51
CRECHE	44	472
EMEDA	0	5
EMEF	91	474
UBS/PAM/AMA	19	123
Quantidade total:		1.125
GAVETA 3	PADRÃO	Nº PROJETOS
BOMBEIRO	2	40
DIVERSOS		243
EMEI	56	455
PRONTO SOCORRO	1	14
Quantidade total:		752
GAVETA 4	PADRÃO	Nº PROJETOS
BALNEÁRIO	2	20
CEMITÉRIO	5	23
MERCADO		11
CENTRO EDUCACIONAL	0	17
CEU	0	46
PARQUE INFANTIL		168
TEATRO	1	14
COLÉGIO		3
DOP		58
GINÁSIO		15
GRUPO ESCOLAR		110
HOSPITAL	1	25
PUERICULTURA		10
ESCOLAS NOMES ANTIGOS		239
Quantidade total:		759
Observações:	Quantidade total de Projetos por tipo de Equipamentos	2.718
	Quantidade total de Equipamentos	1.901

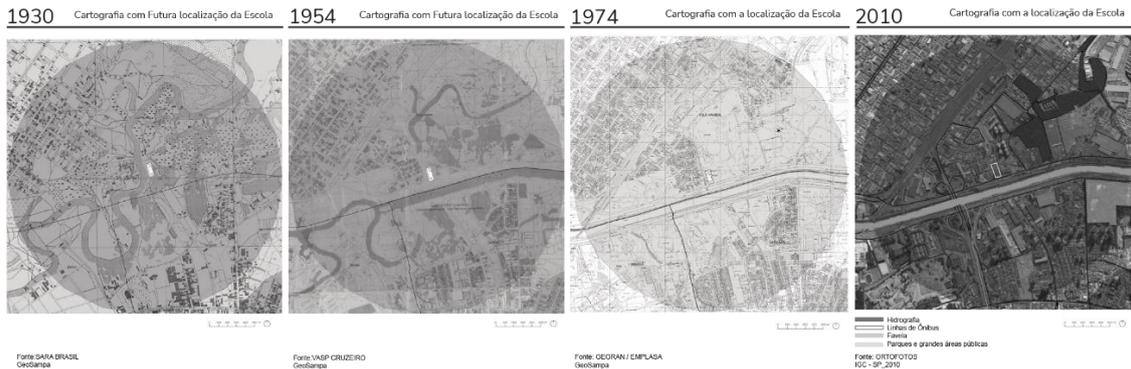
Fonte: Levantamento realizado no Arquivo Técnico de EDIF, nos anos de 2010, 2011 e 2012, pelas bolsistas da FAUUSP, Marina Camargo Heinrich Carrara e Nídia Reis de Paiva, no âmbito da pesquisa coordenada pela Professora Rosana Helena Miranda.

Uma nova linguagem apareceu perante um ambiente de autoconstrução nos novos bairros que surgiram, a partir dos anos 1950 e 1960, em direção às áreas periféricas.

Figura 3 – Mapeamento de escola pelo georreferenciamento com raio de 1km

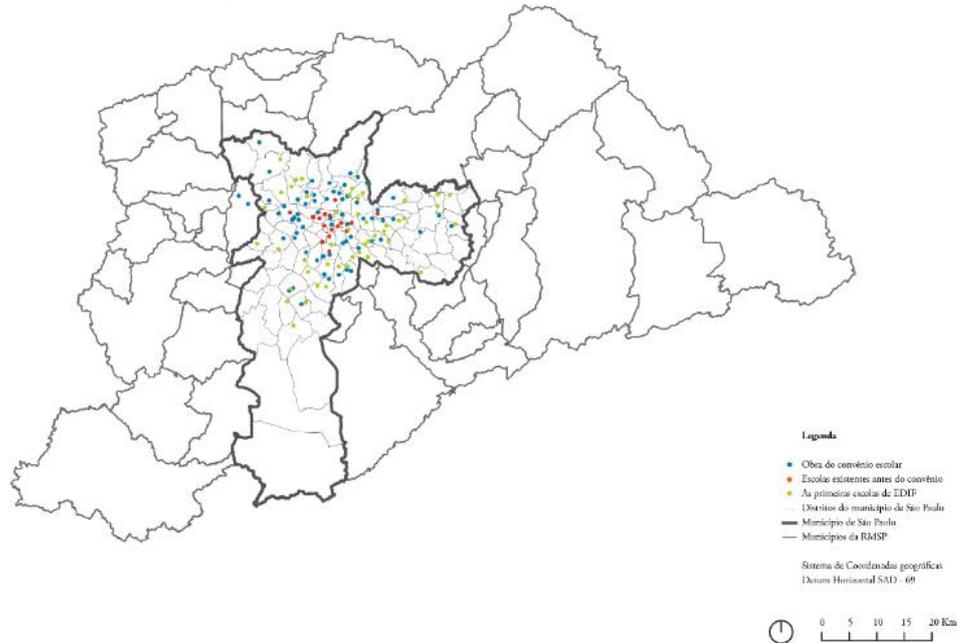
EMEF CORONEL ARY GOMES

Cartografia: Localização



Fonte: Produção de mapas realizado pela equipe da Pesquisa 65 anos do Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo da FAUUSP, Coordenação Professora Rosana Helena Miranda. 2020-2022.

Figura 4 – Mapa das escolas da cidade de São Paulo até 1956



Fonte: Mapa com os seguintes dados: municípios de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo; escolas construídas até o Império; escolas construídas até 1920; escolas construídas de 1920 a 1950, anteriores ao convênio; escolas construídas de 1948 a 1958, do convênio escolar; as 48 primeiras escolas do EDIF. Pesquisa EDIF – Professora Rosana Helena Miranda, rede escolar até os anos 1950-1960/ FDE / EDIF. 2020.

Depois da identificação das 105 escolas existentes na cidade e que perduram até os dias atuais, identificamos as primeiras escolas municipais quando da criação do arquivo técnico.

As 48 escolas escolhidas para o estudo são as primeiras escolas da Prefeitura, após a criação do ensino municipal em 1956. Essas escolas foram mapeadas com georreferenciamento com o software QGis, nas cartografias cadastrais da cidade, para que se pudesse fazer a leitura do espaço urbano antes e depois da construção da escola. Esse conjunto de escolas está sendo redesenhado para futura publicação. Abaixo, apresenta-se a relação delas e os mapas organizados por região da cidade no Quadro 2 e Figura 6.

Quadro 1 – Lista das Escolas na cidade de São Paulo até 1956

ESCOLAS CONSTRUÍDAS NO IMPÉRIO
E.E. Paulo Machado de Carvalho
ESCOLAS CONSTRUÍDAS ATÉ 1920
E.E. Amadeu Amaral; E.E. Anhanguera; E.E. Caetano de Campos; E.E. Conselheiro Antonio Prado; E.E. Doutora Maria Augusta Saraiva; E.E. João Kopke; E.E. Marechal Deodoro; E.E. Marechal Floriano; E.E. Oswald Cruz; E.E. Padre Anchieta; E.E. Padre Antônio Vieira; E.E. Pedro II; E.E. Rodrigues Alves; E.E. Romão Puiggari; E.E. Santos Dumont; E.E. Prudente de Moraes; Escola de Governo do Estado de São Paulo (EGESP); Instituto Caetano de Campos; Museu de Arte Moderna Nipo-Brasileira Manabu Mabe
ESCOLAS CONSTRUÍDAS DE 1920 A 1950
E.E. Arthur Guimarães; E.E. Doutor Antonio de Queiroz Telles; E.E. Fernão Dias Paes; E.E. Francisco de Assis Reys; E.E. Frontino Guimarães; E.E. Godofredo Furtado; E.E. Guilherme Kuhlmann; E.E. José Cândido de Souza; E.E. João Vieira de Almeida; E.E. Padre Manoel da Nóbrega; E.E. Pereira Barreto; E.E. Princesa Isabel; E.E. Professor Antonio Firmino de; E.E. Professor Gomes Cardim; E.E. Professor José Escobar; E.E. Professor Theodoro de Moraes; E.E. Professora Marina Cintra; E.E. Silva Jardim; E.E. Visconde de Congonhas do Campo
ESCOLAS ESTADUAIS DO CONVÊNIO ESCOLAR, DE 1948 A 1950
E.E. Alberto Torres; E.E. Albino César; E.E. Alfredo Bresser; E.E. Almirante Barroso; E.E. Almirante Visconde de Inhaúma; E.E. André Ohl; E.E. Aristides de Castro; E.E. Arthur Sabóia; E.E. Barão Homem de Mello; E.E. Brasília Machado; E.E. Canuto do Val; E.E. Carlos Escobar; E.E. César Martinez; E.E. Comendador Mario Reys; E.E. Coronel Domingos Quirino Ferreira; E.E. Deputado Pedro Costa; E.E. Dom Pedro I; E.E. Domingos Faustino Sarmiento; E.E. Dona Suzana de Campos; E.E. Dona Zalina Rolim; E.E. Doutor Edmundo de Carvalho; E.E. Doutor José Perreira de Queiroz; E.E. Doutor Murтинho Nobre; E.E. Doutor Octavio Mendes; E.E. Doutor Reginaldo Ribeiro da Silva; E.E. Erasmo Braga; EMEF Frei Gaspar da Madre de Deus; E.E. Frei Paulo Luig; E.E. Gabriela Mistral; EMEF General Antônio de Sampaio; E.E. Júlio Maia; E.E. Júlio Pestana; E.E. Júlio Ribeiro; E.E. Júlio de Mesquita Filho; E.E. Manuela Lacerda; Vergueiro; E.E. Nossa Senhora da Penha; E.E. Orville Derby; E.E. Pandiá Calógeras; E.E. Paulo Setúbal; E.E. Pedro Alexandrino; E.E. Pedro Taques; E.E. Professor Alberto Conte; E.E. Professor Antônio Lisboa; E.E. Professor Ascânio De Azevedo Castilho; E.E. Professor Colombo de Almeida; E.E. Professora Isabel Vieira de Serpa e Paiva; E.E. Professor Isaltino de Mello; E.E. Professor José Carlos Dias; E.E. Professor José Monteiro Boanova; E.E. Professor Octavio Monteiro de Castro; EMEF Professor Linneu Prestes; E.E. Professor Pedro Voss; E.E. Prudente de Moraes; E.E. Regente Feijó; E.E. República do Chile; E.E. República do Paraguai; E.E. República do Uruguai; E.E. Romeu de Moraes; E.E. São Paulo; E.E. Thomas Galhardo; E.E. Toledo Barbosa; CEI Vila Anglo; E.E. Visconde de Taunay; DER Diretoria de Ensino-região Centro Oeste; DER Diretoria de Ensino-região Leste 4

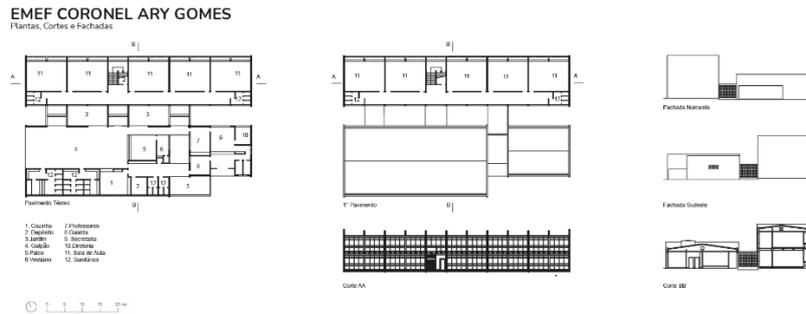
Fonte: Levantamento realizado pela pesquisa “65 anos do Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo”, coordenada pela Professora Rosana Helena Miranda, na FAUUSP. 2020.

Quadro 2 – Lista das primeiras escolas municipais na cidade de São Paulo até 1966

AS 48 PRIMEIRAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA PREF-CE/EDIF
EMEF Almirante Ary Parreiras; EMEF Antônio de Alcântara Machado; EMEF Arquiteto Luís Saia; EMEF Aurelio Arrobas Martins; EMEF Bartolomeu Lourenço de Gusmão; EMEF Barão de Mauá; EMEF Brasil Japão; EMEF Brigadeiro Faria Lima; EMEF Cacilda Becker; EMEF Cidade de Osaka; EMEF Conde Pereira Carneiro; EMEF Coronel Ary Gomes; EMEF Desembargador Raul Fernandes; EMEI Dilson Funaro; EMEF Dom Pedro I; EMEF Dona Chiquinha Rodrigues; EMEF Dona Fábio da Silva Prado; EMEF Doutor Miguel Vieira Ferreira; EMEF Enéas de Carvalho Aguiar; EMEF Firmino Tibúrcio da Costa; EMEF Francisco Meirelles; EMEF Franklin A. Moura Campos; EMEF Gal. Vicente de Paulo Dale Coutinho; EMEF Guimarães Rosa; EMEF Infante Dom Henrique; EMEF Jackson de Figueiredo; EMEF Jean Mermoz; EMEF João Naoki Sumita; EMEF Jose Maria Lisboa; EMEF Leonor Mendes de Barros; EMEF Madre Maria Imilda do S. Sacramento; EMEF Marechal Deodoro da Fonseca; EMEF Monteiro Lobato; EMEI Paulo Camilhier Florenciano; EMEF Presidente Kennedy; EMEF Professor Almeida Júnior; EMEF Professor Aroldo de Azevedo; EMEF Professor Henrique Pegado; EMEF Professor José de Campos; EMEF Professor Linneu Prestes; EMEF Professor Queiroz Filho; EMEF Professora Maria Antonieta D'Alkimin Basto; EMEF Professora Ruth Lopes de Andrade; EMEF Professora Shirley Guio; EMEF Theo Dutra; EMEF Visconde de Cairú; EMEI 25 de janeiro; EMEF XXV de janeiro

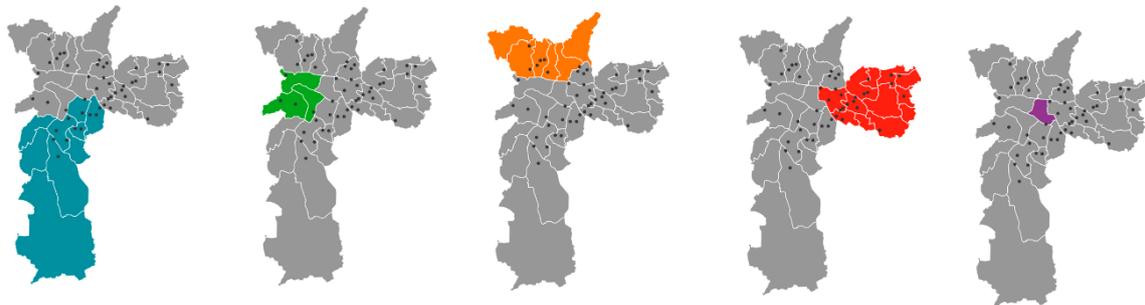
Fonte: Levantamento realizado pela pesquisa “65 anos do Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo”, coordenada pela Professora Rosana Helena Miranda, na FAUUSP. 2020.

Figura 5 – Projeto de escola das primeiras 48 escolas municipais



Fonte: Redesenho de projeto realizado pela equipe da Pesquisa da FAUUSP coordenada pela Professora Rosana Helena Miranda.

Figura 6 – Mapas das 48 escolas municipais da cidade de São Paulo até 1966



Fonte: Mapa realizado pela pesquisa “65 anos do Departamento de Edificações da Prefeitura do Município de São Paulo” coordenada pela Professora Rosana Helena Miranda, na FAUUSP. 2020.

6. A EQUIPE DE ARQUITETOS DE EDIF

A equipe técnica de EDIF foi constituída inicialmente diante da necessidade das novas diretrizes para a expansão da rede escolar na cidade de São Paulo. Ao longo de 76 anos (1948-2022), 87 arquitetos passaram por esse Departamento conhecido no âmbito da Prefeitura como EDIF. Essa equipe gradativamente criou métodos de trabalho com etapas de planejamento, projeto, orçamento e acompanhamento das obras municipais, inspirando-se na experiência que vinha ocorrendo no Rio de Janeiro e na Bahia, sob a visão de Anísio Teixeira. Assim, desenvolveu a atividade de projetar, construir e reformar edifícios públicos da Prefeitura do Município de São Paulo. Fizeram parte da história do EDIF alguns professores da FAUUSP, entre os quais, os arquitetos Hélio Duarte, Eduardo Corona e Roberto Tibau, além de outros das gerações mais recentes. Essa experiência acumulada por décadas construiu um centro vivo de referência para a pesquisa de arquitetura e engenharia de edifícios públicos.

A equipe permanente de arquitetos de EDIF sempre foi responsável pelo projeto, desde a análise dos terrenos até a fase de anteprojeto de arquitetura. A equipe desenhou e organizou o caderno de detalhes técnicos. Após essa etapa, eram contratados escritórios externos para o desenvolvimento dos projetos executivos e complementares com a devida fiscalização da equipe da Prefeitura.

Os arquitetos do EDIF atendiam, com frequência, visitas de estudantes de arquitetura e profissionais de outras prefeituras do interior do Estado, técnicos de outros estados brasileiros e de fora do país, interessados nos projetos e no acervo técnico de importantes projetos da cidade.

A redução gradativa da equipe, com a aposentadoria de vários profissionais, e a falta de perspectiva de sua substituição, comprometem o futuro dessa atividade. Essa se configura como uma grande perda para a cidade, pois se trata da construção de políticas públicas no território urbano. Em 2004, eram 30 arquitetos em EDIF, em 2009, eram 22, em 2016, eram 12 e, em 2020, a equipe tinha apenas 5 arquitetos. A redução da equipe de projetos do poder público municipal tira a capacidade de enfrentamento, no atendimento das demandas cotidianas da cidade, com relação aos equipamentos públicos e à gestão do território. Essa situação coloca em risco a continuidade dessa prática e a perda da memória técnica que não pode ser substituída pela contratação de projetos desde sua concepção. Uma equipe contratada para a elaboração de projetos, desde sua concepção inicial, sofre perda da unidade e da qualidade dos programas e dos projetos das redes de equipamentos, assim como também vê a dispersão da transferência tecnológica e da racionalidade dos espaços construídos e apresenta a ausência de um padrão de custos uniforme em todas as regiões da cidade.

Quadro 3 – Arquitetos PREF-CE/EDIF

RELAÇÃO DE ARQUITETOS DO EDIF DESDE A PREF-CE (1948-1954) ATÉ O EDIF (1976-2022)

1. Alexandre Carlos Penha Delijaicov, EDIF/FAUUSP, 1991-2009; 2. Alfred Johan Julius Cerveny, EDIF; 3. Aluísio da Rocha Leão, PREF-CE; 4. Ana Carolina Alves da Silva, EDIF/ ATUAL, 2010; 5. Andrea Claro, EDIF; 6. André Takiya, EDIF, 1987-2009; 7. Angela Maria Morais Harari, EDIF, 1983-1985; 8. Anibal Fernandes, EDIF; 9. Antonio Carlos de Moraes Pitombo, PREF-CE; 10. Antonio Jaime Tedesco, EDIF, 1978-1986; 11. Antonio S. Feliciano, PREF-CE; 12. Aparecida Regina Lopes Monteiro, EDIF, 1989-1992; 13. Benito Mangini, EDIF desenhista; 14. Carlos Alberto Bahiana, PREF-CE; 15. Carlos Alberto Maia Andrade, EDIF, 1983-1985; 16. Carlos Alberto Montagner, EDIF; 17. Celso Pazzanese, EDIF; 18. Carlos Eduardo Addor, EDIF; 19. Ciomara Marinho Ciccone, EDIF; 20. Clélia Maria Oller, EDIF; 21. Edélcio Fagnani Sanches, EDIF, 1980; 22. Eduardo Corona. PREF-CE/FAUUSP; 23. Eiji Ueda, EDIF; 24. Eládia Primon de Siqueira Gios, EDIF, 1983; 25. Eliana Seba Matuck Ramos, EDIF, 1977; 26. Eliana Lamas Oubina, EDIF, 1989-1992; 27. Eliana Paulillo, EDIF; 28. Elizabeth Teixeira, EDIF, 1983-1985; 29. Estela Abnader, EDIF; 30. Estela Morato, EDIF; 31. Ernest Robert Carvalho Mange, PREF-CE; 32. Fernando Augusto Tavares, EDIF/ ATUAL, 1985; 33. Fernando Thomas Henriques Jr., EDIF; 34. Helio de Queiroz Duarte, PREF-CE/FAUUSP; 35. Hélio de Monte Lima, EDIF; 36. Igor Cortinove, EDIF/ ATUAL, 2017; 37. Ilzangela Keila de Almeida Rex Lampariello, EDIF/ ATUAL, 2010; 38. Jane Wenceslau de Freitas, EDIF; 39. José Augusto de Barros Arruda, PREF-CE; 40. José Geraldo Martins de Oliveira, EDIF/FAUUSP; 41. José Osvaldo Vilela, EDIF; 42. José Rollemberg de Melo Filho, EDIF, 1983-1993; 43. José Roberto Rebelo, EDIF; 44. Jorge Moriyoshi Miyasato, EDIF, 1995; 45. Jorge Moriyoshi Miyasato, EDIF, 1995; 46. Juvenal Waetge Junior, PREF-CE; 47. Laís Helena Monteiro da Silva, EDIF; 48. Laís Starck Mantoanelli Tescari, EDIF, 1985; 49. Leonardo Soares de Paula, EDIF; 50. Lisete Laranjeira, EDIF; 51. Luciene Maria Figueiredo Nascimento, EDIF; 52. Ludmila Mara Banks Ferreira Lopes, EDIF, 2010-2018; 53. Marcos Damante, EDIF; 54. Margarete Massako Oku de Godoi, EDIF, 1978 – 2021; 55. Margarida Maria A. S. B. Laurindo, EDIF, 1986-2021; 56. Marilda Prado, EDIF; 57. Marília Gontijo, EDIF, 2005-2010; 58. Mayumi Souza Lima, EDIF/DIRETORA /EESC-IAU-USP/1988-1990; 59. Miriá Branco Giuliani, EDIF, 2003-2010; 60. Moacir Cordeiro, EDIF; 61. Omar Hollo, EDIF, 1983; 62. Oswaldo Correa Gonçalves, PREF-CE; 63. Oswaldo Correa Gonçalves, PREF-CE; 64. Paula Sterman, EDIF; 65. Paulo José Rodrigues Rosa, PREF-CE; 66. Patrícia Okuda, EDIF; 67. Pedro Manuel Rivaben Sales, EDIF, 1991-1994; 68. Raul Bolliger, PREF-CE; 69. Renata Cantarelli, EDIF, 1983-1985; 70. Ricardo Aguillar da Silva, EDIF/ ATUAL, 2017; 71. Ricardo Vaz Guimarães de Rosis, EDIF, 2010-2018; 72. Roberto Goulart Tibau, PREF-CE/FAUUSP; 73. Robernize Chakour, EDIF; 74. Rosana Helena Miranda, EDIF/FAUUSP, 1992-2009; 75. Rubens Cesar Madureira Cardieri, PREF-CE; 76. Rubens Freitas Azevedo, PREF-CE; 77. Ruth Cassab Brólio, EDIF; 78. Ruy Villani, EDIF, 1989-1996; 79. Sergio Pinto Bolliger, EDIF, 1989-1992; 80. Silvana Santopaolo, EDIF, 1985-2009; 81. Sylvania Vetorazzo, EDIF, 1987; 82. Sílvia Helena Vargas, EDIF; 83. Solange Lamas Obina, EDIF, 1989-1992; 84. Suely Cabrerizo Diem, EDIF; 85. Tereza Herling, EDIF, 1991-1993; 86. Valéria Soares Lindenbergh, EDIF; 87. Valéria Rossi, EDIF; 88. Vera Lúcia Fonseca, EDIF, 1988-2010; 89. Wanderley Ariza, EDIF, 1977-2019

Fonte: Levantamento realizado pela Professora Rosana Helena Miranda da FAUUSP, junto aos arquitetos do EDIF. 2020.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa busca dar visibilidade à produção de projetos públicos do maior desses escritórios já organizado pelo poder público. Ao longo de sua história, EDIF produziu o maior acervo de projetos de edifícios da Prefeitura do Município de São Paulo, de toda a existência da cidade, sendo que em seu arquivo, estima-se que estejam guardados aproximadamente 150.000 originais relativos aos projetos, memoriais descritivos, sondagens, orçamentos, projetos executivos e levantamentos dos terrenos e edifícios, os quais em sua maioria ainda não estão digitalizados. A produção de projetos de escolas de EDIF tornou-se referência da arquitetura educacional e está documentada em revistas nacionais e internacionais de arquitetura. Apenas uma amostra do acervo técnico está catalogada, trabalho realizado em 1998, mas, os originais não se encontram digitalizados, e por essa razão, o acervo corre riscos quanto à sua preservação.

A redução da equipe de projetos do poder público municipal tira a capacidade de enfrentamento no atendimento das demandas cotidianas da cidade com relação aos equipamentos públicos e à gestão do território. Essa situação coloca em risco a continuidade dessa prática e a perda da memória técnica que não pode ser substituída pela contratação de projetos desde sua concepção. Uma equipe contratada para a elaboração de projetos desde a concepção inicial pode trazer como consequência a perda da unidade e da qualidade dos programas dos projetos das redes de equipamentos, bem como a dispersão de transferência tecnológica e de racionalidade dos espaços construídos ou a ausência de um padrão de custos.

A criação da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo deu-se em 1956, logo após o primeiro Convênio Escolar, entre Estado e Município, para expandir a rede de ensino na capital, que até a criação do ensino municipal só possuía 100 escolas aproximadamente. Apenas com as escolas da Primeira República e algumas do tempo do Império, a rede era muito restrita. Entendemos que o aumento da escolarização foi uma demanda surgida da necessidade de qualificar a mão de obra diante da acelerada industrialização de São Paulo e da consequente expansão de serviços, assim como da metropolização da cidade, a partir dos anos 50.

Esse estudo busca através das escolas estudar o processo histórico de desenvolvimento urbano da cidade, mas, também estudar a história da estruturação da administração pública municipal e da organização de suas áreas técnicas.

8. Referências

8.1 Livros

CESARI, Maurice. **El espacio colectivo de la Ciudad. Construcción y disolución del sistema publico em la arquitectura de la Ciudad.** Ed. Oikos-tau s.a. Barcelona. 1990. p. 70.

CORREA, Maria Elizabeth Peirão, FERREIRA, Avany de Francisco, MELLO, Mirela Geiger de. **Arquitetura Escolar Paulista: 1890-1920.** São Paulo: FDE. 1991.

DUARTE, Hélio. **Escolas-classe/ Escolas Parque.** FAUUSP. 1973

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da Escola em São Paulo e no Brasil.** 2aed. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. São Paulo. 2014. 1a reimpressão 2019. p. 234-235. e 232.

MASCARO, Carlos Corrêa. **O Município de São Paulo e o ensino primário (ensaio de administração escolar).** Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e Letras da USP. São Paulo, 1960.

MELLO, Mirela Geiger e FERREIRA, Avany de Francisco. **Arquitetura Escolar Paulista: 1950 e 1960**". FDE – Fundação para o Desenvolvimento Escolar. São Paulo. 2006.

8.2 Dissertação, tese e trabalho acadêmico – Impresso

ABREU, Ivanir Reis Neves Abreu (Convênio Escolar: Utopia Construída). Trabalho de Conclusão de Curso. FAUUSP. São Paulo. 2007.

8.3 Trabalhos publicados em eventos

BAFFI, Mirthes. Convênio escolar: a arquitetura moderna a serviço do ensino público. Artigo equipe DPH. DOCOMOMO. Sumário de artigos. www.docomomo.org.br

PAIVA, Nídia Reis. Arquitetura como programa. Arquitetura como função. A arquitetura moderna e a moderna pedagogia nas primeiras escolas do convênio escolar. Relatório Final de Iniciação Científica - FUPAM - nov. 2011/nov. 2012. 21º SIICUSP. 2015. Orientação Professora doutora Rosana Helena Miranda. FAUUSP. p.8

8.4 Artigo de Periódicos

DÍEGOLI, Leila Regina. Artigo Arquitetura oficial e o Estado Novo. **Revista Cidade**, Ano III, N.04. DPH, PMSP. 1996.

DUARTE, Hélio. O problema escolar e a arquitetura. **Habitat**. São Paulo. No 4. P.4-5. 1951

8.5 Leis e Decretos

DECRETO Nº 62.009 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB, bem como altera a lotação e a denominação dos cargos de provimento em comissão que específica. Diário Oficial do Município de São Paulo.